

Entrevista do Deputado Federal Roberto Santiago (PV/SP) ao Jornal da Câmara

Entusiasta da candidatura à Presidência da República da senadora Marina Silva, recém-filiada ao PV, o deputado Roberto Santiago (PV-SP) diz que a candidatura própria do partido é uma forma de colocar na agenda nacional a questão sócio-ambiental, com o objetivo de integrar a preservação do meio ambiente à necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em entrevista ao Jornal da Câmara, Santiago também defende projeto de sua autoria que anistia diretores de hospitais que tenham sido condenados ou são processados por não repassar a contribuição previdenciária de seus funcionários.

Para o eleitor, qual o diferencial da senadora Marina Silva em relação aos demais candidatos?

Com Marina Silva, as grandes massas populares, desde os trabalhadores dos seringais até os moradores dos aglomerados urbanos, das comunidades, favelas e cortiços, vão integrar as soluções ambientais com as sociais, no dia-a-dia. O ex-metalúrgico Lula consubstanciou na figura do presidente Lula a recuperação da renda e a inclusão social. E, ao término do seu mandato de oito anos, deixará várias políticas públicas em favor da distribuição de renda como um desvio histórico irreversível que nos ajudará a avançar na construção de um Brasil mais justo e mais igual. Com Marina Silva, a classe média, os intelectuais, as lideranças políticas, os jovens, os idosos, os trabalhadores e batalhadores de todos os cantos do País terão a oportunidade de ampliar e combinar as conquistas sociais com os avanços ambientais inadiáveis e necessários.

O senhor é autor de projeto que dá anistia a diretores de hospitais. Por que eles devem ser anistiados?

Porque entendo que a culpa é do Sistema Único de Saúde (SUS). Os administradores têm tido problemas para manter o equilíbrio

financeiro dessas instituições, em razão da defasagem entre as tabelas do SUS e os custos reais do atendimento médico. Os hospitais beneficentes são responsáveis por mais de 50% das internações realizadas pelo SUS e, justamente por essa razão, acumulam toda sorte de dívidas. Por isso, acho que a anistia é adequada nesse caso, uma vez que as cobranças aumentam à medida que cresce a necessidade de serviços hospitalares. Os administradores, para tentar levar o recurso até onde ele é mais necessário, o atendimento médico ao paciente, deixam algumas vezes de repassar as contribuições devidas à Previdência.

Também nessa área, o senhor relatou o PL 4654/09, do deputado Dr. Talmir (PV-SP), aprovado na Comissão de Trabalho, que exige auditoria em contratos de concessão e permissão de serviços públicos acima de R\$ 100 mil. Em que isso beneficiará o cidadão e as prefeituras?

Empreendemos uma verdadeira maratona de visitas, encontros e audiências públicas com prefeitos, governadores e demais gestores públicos para mostrar a importância da medida, conscientizando os administradores de que a exigência da auditoria será boa para os municípios porque dá transparência, respeitabilidade e responsabilidade às pequenas administrações. Entendo que a proposta reforça a construção de mecanismos eficazes de regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados, além de permitir à população o conhecimento e a clareza do que está sendo feito com o dinheiro dos seus impostos

E em relação ao PL 3981/08, de autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP), que regulamenta a profissão de jornalista?

Em primeiro lugar, quero deixar claro que sou a favor do diploma para jornalista, e esse projeto, que estou relatando, passará por uma ampla discussão com todos os interessados. A partir dessas discussões é que decidirei se o texto precisa ou não de substitutivo.

(Fonte: Jornal Câmara dos Deputados /Luiz Paulo Pieri)